



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



DECLARAÇÃO FINAL DO DEPUTADO DO BLOCO DE ESQUERDA MÁRIO MONIZ RELATIVA À APRESENTAÇÃO DO PROJECTO DE ALTERAÇÃO DO FUNDOPESCA

Exm^o. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Senhoras e Senhores Deputados

Exm^o. Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores
Senhora e Senhores membros do Governo

Ouvimos atentamente as intervenções da bancada do Partido Socialista e do Governo. Percebemos perfeitamente os seus argumentos legalistas. Entendemos e compreendemos o quão difícil é rebater a clareza e o objectivo da nossa proposta.

Lembrou-se, e muito bem, o senhor deputado José Rego, do penúltimo parágrafo da minha intervenção de ontem, não usando argumentos sem sentido ou prepotência esclarecedora; práticas muito comuns na sua bancada. Sinceramente louvo e registo a sua atitude.

Esqueceu-se, no entanto, do último parágrafo *“O que não admitimos são interpretações subjectivas, maliciosamente deturpadoras do objectivo da nossa proposta”*. O senhor deputado quando afirmou que esta proposta pretendia assegurar mais um ordenado para os pescadores, subjectivou, porque isso não está escrito. É uma interpretação sua que deturpa a nossa intenção e as aspirações dos pescadores.

Porém, senhor deputado, eu não estranho o seu argumento. Ele vem no seguimento das declarações do Senhor Subsecretário, Marcelo Pamplona, ao Açoriano Oriental de 5 do corrente. Passo a citar: *“... Marcelo Pamplona considera que não é correcto beneficiar pessoas que tenham proveitos de outra actividade, tal como é proposto”*. Tal como é proposto, repito eu. Outra enormidade, maliciosamente deturpadora.



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



Ou o Açoriano Oriental mentiu, ou o senhor faltou à verdade quando fez as suas declarações ao Açoriano Oriental, Senhor Subsecretário.

A argumentação do Governo e da bancada do PS refugia-se no clausulado, no emaranhado jurídico e no “Big Brother” que tudo vê lá em Bruxelas: “Cuidado com a legislação!” Qual legislação? A que V.Ex^{as} não conseguem cumprir? Não tenham problema de admitir essa verdade incontornável. Isso, nós compreendemos e aceitamos. Há justificação mais que evidente para essa impossibilidade.

O que não aceitamos é que se usem subterfúgios manhosos para manter uma situação que obriga os pescadores a dependerem duma decisão de cariz esmolento; ao sabor de critérios subjectivos.

A outra proposta de alteração é impraticável e, em última instância, iria redundar na praxe presente.

Para terminar, declaro-me estupefacto por uma iniciativa deste tipo, justa e esclarecedora, que nem o arco político da direita institucional ousa criticar, que pretende apenas legalizar e regulamentar uma prática corrente, já tenha sido noticiado na comunicação social que foi “chumbada”, mesmo antes de ser submetida a votação neste Parlamento. É a isto que chamo “prepotência esclarecedora”.

O Deputado do Grupo Parlamentar do BE/Açores

Mário Moniz